



**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2019**

## INTRODUÇÃO

O segundo ano do actual mandato directivo assinala-se pela conquista de espaço de reivindicação, e até mediático, com várias acções de sensibilização, manifestação e defesa dos trabalhadores das mais diversas áreas; dos mais e menos precários; no sector privado e no público. Lutamos contra a extrema e persistente precariedade no sector privado da actividade arqueológica e a necessidade dramática de recrutamento de trabalhadores em funções públicas. Lutamos por uma estratégia para o património, dotado de um orçamento correspondente, que promova o desenvolvimento do conhecimento e da fruição cultural pela sociedade.

Com esses propósitos, bastante do nosso trabalho sindical passa pela recolha, estudo e discussão de situações e temáticas que afligem o sector, mas também na nossa formação e num trabalho semanal de organização e planificação. O nosso principal objectivo passou pela construção de uma base que permita uma maior protecção, capaz de enfrentar a precariedade e os baixos salários, assente na realização de Acordos Colectivos. Para tornar mais séria esta meta temos levado a cabo uma campanha de sindicalização, que resultou no maior crescimento de associados e quotas desde a fundação do sindicato. Este importante reforço permitiu protocolar o apoio jurídico gratuito a vários trabalhadores, com resultados positivos para os mesmos.

Quanto mais força tivermos, maior a capacidade de acção para mitigar a gritante e injustificada precariedade dos arqueólogos, antropólogos, conservadores-restauradores e demais técnicos do património. É fundamental que o sector entenda que **é** chegado **o tempo** de exigir que as **boas práticas** nas relações laborais sejam as únicas possíveis. É fundamental a União e Contributo de todos para esta realidade.

### 1. SÓCIOS

O STARQ conta presentemente com 169 sócios, dos quais 25 se inscreveram no ano de 2019, face aos 34 do ano anterior e aos 22 já do presente ano. O crescimento do STARQ é essencial para desenvolver o trabalho de defesa dos Trabalhadores e do Património. Estes anos têm sido de verdadeiro sucesso na sindicalização, com um crescimento de filiados na ordem dos 100% desde a posse da actual direcção, no final de 2017. Sindicalizar os trabalhadores de Arqueologia significa uma maior proximidade aos mesmos e dos próprios

com o STARQ, promovendo uma maior ligação e união entre trabalhadores. Quanto mais forte esta relação, melhores serão as condições para lutarmos pelos direitos de todos. Com uma base cada vez mais alargada temos cada vez mais condições para exigir as condições dignas de trabalho.

## 2. ACTIVIDADES

### 2.1 Actividade Sindical

O Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia desenvolve uma acção de **luta** contínua. Luta não só pela reivindicação dos **direitos dos trabalhadores**, mas também em **defesa do património** e da **cultura** e **contra a discriminação**. Esta luta é indissociável dos variados problemas que atingem os trabalhadores de arqueologia, tendo, em consonância, a direcção desenvolvido várias acções:

1. Defesa e apoio aos trabalhadores na **resolução e esclarecimento dos seus problemas laborais** (pagamentos em atraso, vínculos precários, não respeito pela lei laboral...). Com excepção de dois trabalhadores da Crivarque e um da CBA Arqueologia, prejudicados pelo processo de insolvência da mesma e ausência de bens ou créditos, todas as questões desta natureza foram resolvidas de modo favorável para o trabalhador, uns após comunicação com a entidade patronal e outros após decisão judicial. Note-se que a totalidade dos custos jurídicos foram integralmente suportadas pelo STARQ;
2. **Primeira Greve específica de Trabalhadores de Arqueologia**. A Greve dos Trabalhadores de Arqueologia da DGPC, que decorreu no dia 23 de Abril, foi o resultado de um grande esforço, coragem e determinação destes trabalhadores, que decidiram democraticamente lutar pelos seus direitos e pelo Património Arqueológico. Coube ao STARQ dar todo o apoio possível nesta acção por uma Tutela mais forte, sustentada em trabalho justo para todos. A luta pela contratação de profissionais teve um papel de destaque, dado o descaso e desinvestimento que tem atingido a Tutela nos últimos anos;
3. Negociações com a Ministra da Cultura, de modo a **reforçar os quadros da DGPC**, MNA e Conímbriga. Objectivo conseguido, em parte, o que teve um impacto não só

nos funcionários destas instituições, aliviando-lhes a carga laboral, mas também nos trabalhadores em arqueologia empresarial e investigadores, já que se voltou a uma fiscalização activa dos trabalhos arqueológicos e tempos de resposta da tutela aceitáveis na área respectiva. Ressaltamos ainda que as negociações com a Tutela continuam em 2020, com alguns objectivos atingidos: aos 2 novos trabalhadores para as extensões (mobilidade) e 1 novo para a salvaguarda (mobilidade), junta-se 1 novo para as extensões e 2 para o LARQ, um para a Arqueozologia e um para a Paleobotânica (o primeiro por mobilidade interna e o segundo por concurso público);

4. **Reuniões com algumas empresas de arqueologia**, Novarqueologia, Archeoestudos e Civitas, com intenção de comunicar os objectivos e as iniciativas do sindicato, transmitir as nossas posições sobre as condições de trabalho em arqueologia e a necessidade de contratação;
5. **Visitas a vários locais de trabalho** em Lisboa e no Porto, com objectivo de dar a conhecer as acções do STARQ, bem como ouvir os nossos interlocutores sobre questões laborais que os preocupam e julgam poder ser melhoradas;
6. Trabalho de elaboração do **Caderno Reivindicativo** para a Arqueologia Empresarial, que será usado nas negociações com vista à contratação colectiva. Este é um documento que contempla propostas concretas no âmbito das remunerações, combate à precariedade, carreira, higiene e segurança no trabalho, férias, entre outros. Ele é a base para negociarmos com as entidades patronais condições de trabalho melhores, elaborando-se Convenções Colectivas de trabalho, que venham a melhorar e regular as condições laborais no sector da Arqueologia;
7. Presença, por convite do Bloco de Esquerda, numa **audição na Assembleia da República onde se discutiu o assédio moral no local de trabalho**, a propósito do anteprojecto de Lei que "Aprofunda o regime jurídico para combater o assédio no local de trabalho, repartindo o ónus da prova e conferindo força executiva às decisões condenatórias da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)". Na sua intervenção, o STARQ reconheceu como positivo o esforço desenvolvido para enquadrar legislativamente o assédio no local de trabalho. Sublinhou, no entanto, que a legislação produzida continua a centrar-se numa visão de postos de trabalho clássicos, com contrato laboral e num local específico, e que os trabalhadores em

situações de precariedade laboral, as mais comuns no sector da arqueologia, continuam a estar muito desprotegidos, tanto legalmente (situação que o STARQ procura equilibrar) como pelos limites de actuação da ACT;

8. No início do ano chegaram ao STARQ várias denúncias sobre canais de detectorismo ilegal (You Tube) e páginas de apoio a esta actividade (Facebook), onde constam vídeos que documentam a **procura ilegal de vestígios arqueológicos**, com recurso a detectores de metais, em sítios arqueológicos. Depois de apreciadas as denúncias e os sites neles referidos foi decido pelo colectivo STARQ proceder a uma denúncia pública e oficial junto da Direcção Geral do Património Cultural e outra junto da Secção de Obras de Arte da Polícia Judiciária. Não obtivemos resposta de nenhuma;
9. Obtenção, pela primeira vez, ao abrigo do disposto no artigo 32.º da Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro, e daqui em diante numa base anual, da **informação sobre a actividade social** das diferentes empresas – constante nos **Relatórios Únicos**. Estes relatórios permitem obter dados importantes sobre: a) quadro de pessoal; b) fluxos de entrada e saída de trabalhadores; c) relatório anual de formação contínua; d) relatório anual das actividades do serviço de segurança e saúde no trabalho; e) Informação sobre greves; f) informação sobre prestadores de serviços;
10. Aumentando a nossa visibilidade e progressivamente ganhando força, estivemos, pela primeira vez, em dois locais diferentes na celebração do **1º de Maio**. Inseridos no sector da Cultura, participamos em Coimbra e Lisboa, contra as, à data, recentes situações na DGPC, acerca da contratação de arqueólogos, pelo direito ao trabalho digno;
11. **Tomadas de posição públicas e oficiais contra o processo de descentralização**, que afectou c.70 monumentos afectos à DGPC e DRC's e cinco museus de âmbito regional ou temático. Pela forma como se constitui, trata-se de uma opção que menospreza o valor cultural e a sua importância na formação do indivíduo e sociedade;
12. **Participação na discussão pública sobre o modelo de gestão autónoma dos museus, monumentos, palácios e sítios arqueológicos** (a que se seguiu o envio

de uma participação escrita). A nossa actuação passou, como sempre, pela defesa de uma efectiva política pública para o património, pela reactivação dos programas de apoio à investigação, pelo investimento na valorização dos sítios e monumentos, pelo reforço dos recursos técnicos e logísticos. Na sequência deste debate, foi publicado em 5 de Junho no Diário da República, o Decreto-Lei n.º 78/2019, o regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios. Na sequência do parecer do STARQ, os sítios arqueológicos “desapareceram” do título do diploma (a única parte do documento em que figuravam na fase de proposta...). Assim em vez de se fingir que os sítios arqueológicos estavam incluídos neste modelo de gestão, os sítios arqueológicos ficaram formalmente excluídos deste modelo de gestão;

13. **Alerta público sobre a implantação e cumprimento de medidas de segurança e saúde no trabalho.** O STARQ tem como uma das suas missões a caracterização das condições médicas/acidentes de trabalho resultantes da actividade arqueológica. Por essa razão é importante que estes nos sejam comunicados de modo a melhor implementar medidas de prevenção;
14. **Alerta público sobre o assédio sexual,** que afecta na maioria as arqueólogas que trabalham sobretudo em contexto de obra, um mundo maioritariamente masculino, propiciadas pelas condições precárias em que se encontram as trabalhadoras e trabalhadores. Contudo, o assédio sexual não se cinge ao sector privado, ocorrendo igualmente no sector público e, cada vez mais, começa-se a ouvir falar sobre a existência desta prática no mundo académico;
15. Realização de **pedidos de reunião aos diversos partidos políticos** na perspectiva de que estes construíssem o **compromisso para a Cultura no Programa Eleitoral 2019-2023**, cientes das principais dificuldades com que se deparam os trabalhadores do sector e as questões que colocam grande parte do património sob ameaça de destruição ou desaparecimento. É para o sindicato importante que os partidos políticos tenham conhecimento de como se estrutura e exerce a Arqueologia em Portugal e os problemas que afectam o sector e os seus trabalhadores. O STARQ recebeu resposta positiva para reunião do Partido Ecologista os Verdes (PEV), do Partido Comunista Português (PCP) e do Bloco de Esquerda (BE). No cenário pós eleições legislativas, o STARQ voltou a enviar

propostas de reuniões para os diversos partidos políticos com o intuito de continuar a debater e combater os vários problemas que assolam o sector da Arqueologia;

16. **Elaboração do documento "Diagnóstico e propostas políticas para o sector de arqueologia e património"**, a partir do qual deu início às diversas reuniões políticas. Abordaram-se as problemáticas que afectam os dois principais eixos na arqueologia portuguesa: privado e público. Assim, vários foram os temas apresentados e discutidos, dos que se destacam: a precariedade, sobretudo o persistente abuso do recurso aos falsos recibos verdes; o necessário reforço da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) como parte da luta por condições dignas; a falta de pessoal e de recursos técnicos na Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC); a preocupante situação do Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática (CNANS) e do Laboratório de Arqueociências (LARC); a dramática conjuntura do Museu Nacional de Arqueologia (MNA); os inúmeros casos de destruição arqueológica resultante dos projectos de agricultura intensiva; os previsíveis impactos do processo de descentralização sobre o património; entre outros;

17. **Diagnóstico de capacidades, junto dos municípios e Governo Regional açorianos**, procurando compreender a sua capacidade de resposta no que diz respeito à salvaguarda do Património Cultural Arqueológico. Fizemo-lo numa iniciativa pedagógica, para a promoção da cessação de vários danos patrimoniais, amplamente divulgados nos meios de comunicação social regionais e geradores de inúmeros manifestos de incómodo pela população. Os açorianos vêem frequentemente os seus bens culturais, nomeadamente imóveis, a serem delapidados, sobretudo pela falta de acompanhamento técnico destas questões, designadamente nas obras de construção civil. Somente três municípios têm arqueólogo nos seus quadros, o que se considera manifestamente insuficiente, tendo sobretudo em conta a realidade ultraperiférica do arquipélago e a dispersão das próprias ilhas entre si, desfavoráveis à gestão eficiente de recursos humanos e ao estabelecimento permanente do sector privado;

18. **Posicionamento contra alterações à legislação laboral**, aprovado em fins da última Legislatura, que entraram em vigor a 1 de Outubro de 2019. O Documento

evidencia o afastamento em relação à realidade do Trabalho. Plasma-se esta distância na omissão de um combate real à Precariedade no Trabalho, que no sector da Arqueologia se alinha como norma. Antes, foram aprovadas medidas que diminuem a robustez dos vínculos contratuais, como é exemplo o alargamento do período experimental dos Contratos sem Termo de trabalhadores de primeiro emprego ou desempregados de longa duração, dos 90 para 180 dias, sendo possível nesta fase o despedimento sem justa causa; ou o alargamento funcional dos “contratos de muito curta duração”. Por isso assinalamos a omissão, nestas tão parciais negociações, de um efectivo combate aos falsos “recibos verdes”, às remunerações que a tantos lançam à pobreza, à excessiva carga horária, que devia ser indexada às 35 horas da Função Pública, à reposição dos valores do trabalho suplementar, ao direito a 25 dias de férias e ao efectivo combate e protecção de trabalhadores vítimas de assédio ou repressão;

19. Participação do STARQ, no âmbito da plataforma “**Cultura em Luta**”, com presença de cerca de **3 dezenas de arqueólogos** na **manifestação 10 de Dezembro**, em Lisboa, em defesa da definição de outra política cultural, pela defesa do Património Cultural, pelo combate à precariedade e o fim do recurso aos falsos recibos verdes e outros vínculos ilegais, pelo compromisso de 1% do OE para a Cultura, avançando para a criação de um Serviço Público de Cultura apoiado no trabalho com direitos.
  
20. O **último nível de acção** é mais **vasto** e por vezes mais discreto já que se situa na esfera das escolhas políticas para o Emprego e Cultura. Para combater o que o STARQ considera um desinvestimento intencional na Cultura e na falta de vontade política em criar um programa cultural estruturado, o STARQ tem vindo a reunir com ministros, secretários de estados, deputados e outras entidades do sector cultural de modo a mostrar alternativas e pressionar para a mudança. Para um trabalho digno em arqueologia não basta actuar judicialmente sobre as consequências da precariedade, mas também mudar consciências e vontades. Um trabalhador com um vínculo estável, que lhe permita ter uma vida familiar e pensar a médio/longo prazo é um trabalhador mais feliz, saudável e eficiente. É também essencial que se valorize o trabalho em arqueologia, e por consequência os seus trabalhadores, como uma actividade relevante tanto na Cultura como na Sociedade portuguesas;

21. A somar a toda esta actividade, foram realizadas várias tarefas que dizem respeito ao regular funcionamento do nosso sindicato, resolvendo algumas **questões burocráticas e de organização**, relacionadas com a contabilidade e organização de documentação.

## 2.2 Comunicação

Tornar o STARQ mais representativo é uma das nossas mais resilientes tarefas, um trabalho constante, de dia-a-dia. Este objectivo tem sido possível porque actuamos com uma postura franca e aberta, ora promovendo encontros com os trabalhadores, ora estabelecendo outros contactos, com vista ao seu esclarecimento e à sua consciencialização. A estes e aos que não conseguimos chegar de outra forma temos desenvolvido a nossa num trabalho incompleto, que reforçamos em 2020, através da potencialização das ferramentas de comunicação disponíveis, nomeadamente o *facebook* e o *instagram*, assim como na preparação de um novo sítio da internet. A somar a isto continuamos a edição do boletim digital do STARQ com periodicidade semestral, assim como a concepção de materiais gráficos e informativos visando esclarecer os associados trabalhadores sobre os seus direitos, veículos essenciais na divulgação de acções de luta, actividades e ideias-chave do STARQ.

Para além disso, reforçamos a nossa presença e visibilidade mediática, com uma cada vez maior atenção aos nossos problemas, que foram transmitidos em numerosos **meios de comunicação social**. Assim, passo a passo, à medida que crescemos, e à medida que nos pronunciamos acerca das (muitas) questões que assolam o nosso sector, vamos também aumentando a nossa **visibilidade** e progressivamente ganhando **força**.

## 2.3 Envolvimento dos associados/comunidade e formação sindical

A direcção planeou e realizou várias acções de divulgação do seu âmbito de actuação e actividade, de forma a envolver e consciencializar a comunidade arqueológica dos problemas laborais, bem como com vista a um maior envolvimento dos associados nas acções sindicais:

1. Comemoração do 7º aniversário do STARQ, a 30 de Março, no Museu Nacional de Arqueologia, sete anos de resistência celebrados através da mesa redonda **“Percurso do Trabalho em Arqueologia”**, que contou com a presença dos arqueólogos José d’ Encarnação, Susana Correia, Rui Morais e Liliana Matias Carvalho, como tertuliantes, entre vários sócios e não sócios;
2. No âmbito dos objectivos para o ano de 2019, uma maior e melhor abrangência

geográfica da acção sindical, **visitou algumas instituições do sector sediadas no distrito do Porto**, nomeadamente, a Estação Arqueológica do Freixo / Tongobriga e a Escola Profissional de Arqueologia, onde foi possível conversar com os trabalhadores;

3. Realização de uma **acção formativa sobre Contratação Colectiva e Acção Reivindicativa**, que decorreu nos passados dias 23 de Fevereiro e 2 de Março de 2019. Com a ajuda e o enquadramento fornecidos pela CGTP-IN, entre várias áreas, capacitámo-nos para melhor conhecer os problemas dos trabalhadores (reivindicações comuns e reivindicações específicas), elaborando um caderno reivindicativo e compreendendo da melhor forma todas as diferentes fases, procedimentos e papel dos trabalhadores;
4. Nos dias 24 e 25 de Janeiro participámos também numa acção de **formação sobre Computação Gráfica**, na União de Sindicatos de Lisboa. O balanço desta formação foi extraordinariamente positivo, permitindo-nos melhorar as nossas capacidades próprias e esclarecer muitas das dúvidas que existiam acerca da acção sindical propriamente dita. A formação sindical prova-se, sem dúvidas, um instrumento prático e útil para construir um sindicato cada vez mais eficaz;
5. A convite da Cul.tra (Cooperativa Cultura Trabalho e Socialismo), participação por três dos seus elementos directivos no **Curso Livre sobre Direito do Trabalho e Lutas Laborais**, que teve lugar no Porto nos dias 29 e 30 de Junho. Neste curso estiveram presentes deputados, dirigentes partidários e sindicais, historiadores e sociólogos, advogados e juristas especializados em direito laboral, inspectores da ACT e investigadores que discutiram os meus recentes problemas laborais procurando-se não só a sua identificação, mas também a sua solução. Destaca-se a abordagem da contratação colectiva (que aliás tem vindo a estudar), a reflexão sobre o horário de trabalho (banco de horas, adaptabilidade, trabalho suplementar e por turnos) e o direito à desconexão fora do horário de trabalho. Foi de grande interesse a formação “Assédio: o que é, como denunciar, que provas recolher, o que diz a lei?” já que têm sido várias as denúncias feitas ao STARQ que preconizam situações de assédio laboral. Foi ainda revista a legislação em vigor sobre despedimento e direitos inscritos na segurança social. Finalmente fez-se um importante balanço sobre a lei de combate aos recibos verdes, na nossa opinião

insuficiente, preconizando-se novas medidas para a sua eliminação;

6. No dia 5 de Setembro o STARQ esteve presente no **25º Encontro Anual da European Association of Archaeologists**, na cidade de Berna, Suíça. Integrado na sessão 'Is Archaeology Practical?', o STARQ participou com a comunicação '**STARQ: the case of the Portuguese trade union for archaeologists**'. Esta participação foi uma oportunidade para reflectir em conjunto sobre os problemas dos profissionais de arqueologia e o impacto dos mesmos na qualidade da prática arqueológica portuguesa. Procurámos pensar sobre a existência do sindicato enquanto espaço de resistência e activismo social e a sua importância na concretização de uma actividade profissional mais ética, mais democrática e igualitária;
7. Presença nas **universidades** – Universidade do Évora e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa – onde são leccionados cursos formativos em arqueologia, tendo apresentado **aulas/palestras** a alunos e investigadores. Esta participação é muito valorizada não só por permitir transmitir uma noção sobre a realidade laboral em Arqueologia e do funcionamento do sindicato aos futuros profissionais, mas também por deixar as sementes do que devem esperar e exigir em termos de direitos/protecção laboral. Estas iniciativas permitem, ainda, trocar ideias com os professores e investigadores de Arqueologia, eles próprios trabalhadores enquadrados no âmbito do STARQ, sobre o exercício da profissão no meio académico e empresarial.

## CONTAS DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2019

### Pagamentos e recebimentos

<b>Mapa de recebimentos e pagamentos - Ano 2019</b>		
<b>Recebimentos</b>	<b>Pagamentos</b>	
<b>1. Recebimentos actividade</b>	<b>1. Funcionamento</b>	
Jóias e quotas: 5803,83€	Pessoal: - €	
Actividades	Seguros: - €	
Doações: 1257,78€	Rendas: - €	
Subsídios	Manutenção: - €	
Outros	Água, electricidade e gás: - €	
<b>2. Recebimentos comerciais</b>	Representação e deslocações: 395,50€	
	Comunicações: - €	
<b>3. Recebimentos Capitais</b>	Material de escritório: - €	
	Higiene, segurança e conforto: - €	
<b>4. Recebimentos prediais</b>	Despesas específicas das actividades: 40,59€	
<b>Total</b> 7061,61 Euros	Outras honorário de serviços de assessoria jurídica: 2463,61€; custas judiciais: 306€ custos administrativos: 215,66€ comissões bancárias: 93,60€ organização de iniciativas: 280,10€	
	<b>2. Investimento</b>	
	Aquisição de equipamentos	
	Aquisição ou construção de instalações	
	Outras	
	<b>Total</b>	3795,06 Euros
Saldo do ano anterior: 2219,94€		
Receitas: 7061,61€		
Despesas: 3795,06€		
Saldo para o ano seguinte: 5486,49€		